

Superior Tribunal de Justiça

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.533.861 - SP (2019/0191209-0)

AGRAVANTE : MUNICIPIO DE LENCOIS PAULISTA
ADVOGADO : RODRIGO FÁVARO E OUTRO(S) - SP224489
AGRAVADO : GERALDO SARDINHA
AGRAVADO : MARIA HELENA PEREIRA DE GOES
ADVOGADO : SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS - SE000000M

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto pelo MUNICIPIO DE LENÇÓIS PAULISTA contra a decisão que inadmitiu o recurso especial fundado no art. 105, III, *a e c*, da Constituição Federal.

Na origem, o Município apresentou execução fiscal, a qual foi atribuído o valor de R\$ 339,36 (trezentos e trinta e nove reais e trinta e seis centavos) em novembro de 2004, objetivando a cobrança de IPTU.

Após sentença que julgou extinta a execução fiscal, foi interposta apelação pelo Município, que teve seu provimento negado pelo TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO, ficando consignado o entendimento de que é inviável o redirecionamento de execução fiscal em desfavor do espólio do devedor que, ao tempo do ajuizamento do feito executivo, já havia falecido. O referido acórdão foi assim ementado, *in verbis*:

APELAÇÃO — EXECUÇÃO FISCAL — IPTU — Exercícios de 1999, 2000, 2001, 2002, 2003, 2004, 2005, 2006, 2007, 2008, 2009 e 2010 — Ilegitimidade passiva - Falecimento do executado antes do ajuizamento - Impossibilidade de alteração da CDA — Sumula 392 do STJ - Extinção do feito - Recurso desprovido.

Os embargos de declaração interpostos foram improvidos.

Contra a decisão cuja ementa se encontra acima transcrita, o MUNICIPIO DE LENÇÓIS PAULISTA interpôs recurso especial, apontando violação dos arts. 34 e 113 do CTN.

Sustenta, em síntese, que é possível o redirecionamento da presente execução fiscal em desfavor do espólio, em que pese o fato de que executado já havia falecido no momento da proposição do feito executivo.

Após *decisum* que inadmitiu o recurso especial, com base na Súmula n. 7 do Superior Tribunal de Justiça, foi interposto o presente agravo, tendo o recorrente apresentado argumentos visando rebater os fundamentos da decisão agravada.

É o relatório. Decido.

Considerando que o agravante, além de atender aos demais pressupostos de admissibilidade deste agravo, logrou impugnar a

Superior Tribunal de Justiça

fundamentação da decisão agravada, passo ao exame do recurso especial interposto.

A jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça é pacífica no sentido de que a execução fiscal ajuizada em desfavor de pessoa já falecida, como ocorreu no presente caso, não comporta redirecionamento por meio da substituição da CDA, tendo em vista que o feito executivo deveria ter sido proposto em face do respectivo espólio, senão vejamos:

PROCESSUAL CIVIL E TRIBUTÁRIO. IPTU. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. OMISSÃO. INOCORRÊNCIA.

1. Os embargos de declaração têm por escopo sanar decisão judicial eivada de obscuridade, contradição, omissão ou erro material.

2. Na hipótese dos autos, o acórdão embargado foi claro ao assentar que, "falecido o devedor antes do ajuizamento da execução fiscal, não há que se falar em substituição da Certidão de Dívida Ativa, uma vez que a ação já deveria ter sido proposta em face do espólio".

3. Embargos de declaração rejeitados.

(EDcl no AgRg no AREsp 580.161/MG, Rel. Ministro GURGEL DE FARIA, PRIMEIRA TURMA, julgado em 07/04/2016, DJe 14/04/2016)

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. EXECUÇÃO FISCAL. AJUIZAMENTO POSTERIOR À DATA DO ÓBITO. ILEGITIMIDADE PASSIVA. IMPOSSIBILIDADE DE SUBSTITUIÇÃO DA CDA. EXTINÇÃO DO PROCESSO.

1. Ajuizada a execução fiscal contra executado já falecido, mostra-se imperiosa a extinção do processo, nos termos do art. 267, VI, do CPC, porquanto ausente uma das condições da ação.

2. Atento ao enunciado da Súmula 392/STJ, a Fazenda Pública pode substituir a Certidão de Dívida Ativa até a prolação da sentença de embargos, vedada, entretanto, a modificação do sujeito passivo da execução.

3. Falecido o executado, antes do ajuizamento da execução fiscal, não há que se falar em substituição da CDA, uma vez que a ação já deveria ter sido proposta em face do espólio. O redirecionamento só é possível quando a morte ocorre no curso da execução.

4. Agravo regimental desprovido.

(AgRg no AREsp 772.042/MG, Rel. Ministro OLINDO MENEZES (DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TRF 1ª REGIÃO), PRIMEIRA TURMA, julgado em 17/12/2015, DJe 03/02/2016)

Ante o exposto, com fundamento no art. 253, parágrafo único, II, *b*, do RISTJ, conheço do agravo para negar provimento ao recurso especial.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 25 de setembro de 2019.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Relator